



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. LÍDICE DA MATA)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Cultura, destinada a debater iniciativas anunciadas pelo governo federal que afetam direta e drasticamente o setor de produção cinematográfica e audiovisual brasileira, bem como a Ancine - Agência Nacional do Cinema.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, e com base nos artigos 58, inciso II, art. 24, inciso VII, e art. 255 da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Cultura destinada a debater iniciativas anunciadas pelo governo federal que afetam direta e drasticamente o setor de produção cinematográfica e audiovisual brasileira, bem como a Ancine - Agência Nacional do Cinema.

JUSTIFICATIVA

Desde o segundo semestre do ano passado, o setor cinematográfico e audiovisual brasileiro vem sendo alvo de diversas iniciativas anunciadas pelo governo federal – algumas já concretizadas outras não –, que afetam direta e drasticamente o potencial deste importante setor de desenvolvimento econômico, cultural e social do País.

Exemplos dessas iniciativas governamentais são:

- em **dezembro de 2018**, o governo federal excluiu cineastas brasileiros da **nova composição do Conselho Superior do Cinema** - responsável por formular políticas públicas para o setor audiovisual nacional -, e passou parte dos assentos do Conselho para representantes de gigantes das telecomunicações e de conglomerados internacionais, como a Netflix e os estúdios de Hollywood;

- em **abril de 2019**, o Ministério da Cidadania anunciou **novas regras para a Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet)**, determinando que o valor máximo por projeto incentivado cairá de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão, com teto de R\$ 10 milhões anuais para os proponentes com até 16 projetos ativos;

- também em **abril último**, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou que o atual modelo de prestação de contas do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), principal fonte de financiamento do setor no País, se encontra com problemas e **determinou à Agência Nacional do Cinema (Ancine) a suspensão de todos os recursos públicos destinados a fomentar a atividade**, paralisando e prejudicando as produções do setor. O TCU condicionou o financiamento de novos projetos à entrega das contas em um modelo considerado adequado pelo órgão de todos os recursos com os quais a Ancine financia a produção audiovisual nacional;

- em **18 de julho**, o Presidente da República assinou **decreto para mudar o Conselho Superior do Cinema do comando do Ministério da Cidadania para o da Casa Civil**. Além dessa mudança, o governo federal também sinalizou que irá **alterar a estrutura do cinema nacional transferindo a sede da Ancine** do Rio de Janeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

para Brasília. O próprio presidente chegou a dizer que pretendia impor algum filtro nas produções audiovisuais brasileiras, o que provocou críticas entre cineastas e artistas e temor de volta à censura na produção cultural;

- por último, na semana passada (**10 de agosto**), o presidente Jair Bolsonaro determinou que o Ministério da Economia e o da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação preparem uma **medida provisória modificando a lei da TV paga no país para atender a um pedido do presidente dos EUA**, que quer a aprovação da compra da Time Warner pela gigante AT&T no Brasil.

Com base em todas essas informações, faz-se urgente e necessário ouvir representantes de pequenas e grandes produtoras cinematográficas nacionais, bem como a direção da Ancine, para debater e analisar ações que possam impedir retrocessos nas iniciativas de apoio à produção cultural brasileira, notadamente a cinematográfica. Importante ressaltar que o setor audiovisual e cinematográfico brasileiro injeta mais de R\$ 25 bilhões diretos por ano na economia, é formado por mais de 13 mil empresas. Só de bilheteria, os filmes nacionais movimentaram cerca de R\$ 300 milhões em 2018. Além disso, a indústria cinematográfica ajuda a impulsionar a economia criativa como um todo, com mais de 300 mil empregos diretos e indiretos que vão desde atores e figurinistas a profissionais das bilheterias, vendedores de lanches e até pequenos comércios nos locais onde são realizadas as gravações.

Assim, requeiro que sejam convidados para esta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1) Sr. Christian de Castro Oliveira, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine);
- 2) Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (Bravi), antiga Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPITV);
- 3) Sr. Leo Edde, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (SICAV);
- 4) Sr. André Klotzel, Presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci) e ex-membro do Conselho Superior de Cinema (CSC);
- 5) Sr. Bruno Wainer, da Associação das Distribuidoras Brasileiras (ADIBRA);
- 6) Sr. Paulo Roberto Schmidt, Conselheiro da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO);
- 7) Representante da Associação de Produtores e Cineastas da Bahia (APC-BA);
- 8) Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual de SP, PR, RS, MT, MS, GO, TO e DF.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2019.

Lídice da Mata
Deputada Federal PSB-BA